

NOTA PRÉVIA AO AVISO CONVOCATÓRIO

Portugal encontra-se na presente data numa situação de calamidade declarada por Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, e prorrogada por efeito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio, em virtude da evolução da situação de emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19, qualificada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia no dia 11 de março de 2020.

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“Sociedade”) dá a máxima prioridade à segurança, dos seus colaboradores, membros dos órgãos sociais, acionistas e demais *stakeholders*, pretendendo, nessa medida, assegurar a realização da sua Assembleia Geral Anual de forma a compatibilizar o exercício dos direitos dos seus acionistas com elevados padrões de segurança, saúde e bem-estar de todos os envolvidos na Assembleia Geral. Assim, a Assembleia Geral Anual realizar-se-á em instalações que observarão o cumprimento de estritas medidas de saúde pública nomeadamente assegurando a realização da Assembleia Geral Anual num local amplo, a desinfecção das instalações e materiais, o devido distanciamento de lugares e a higienização prévia ao acesso, no estrito e rigoroso cumprimento das recomendações da Direção Geral de Saúde.

No atual contexto, recomenda-se ainda aos Senhores Acionistas que exerçam o seu voto por correspondência, nos termos das regras constantes desta convocatória. Por forma a incentivar esta forma de votação, a Sociedade disponibilizará, excecionalmente, a transmissão digital em direto da reunião aos Senhores Acionistas que optem por votar por correspondência e que o solicitem antecipadamente, nos termos referidos em mais detalhe na convocatória.

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

Nos termos da lei e dos estatutos da Sociedade, convocam-se os Senhores Acionistas da sociedade anónima TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (doravante designada por “Sociedade”), com sede social em Lisboa, no Edifício 25, Aeroporto de Lisboa, 1700-008, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 506623602, com o capital social de € 15.000.000,00 (quinze milhões de Euros) e com o capital próprio negativo em €776.557.416 (setecentos e setenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezasseis euros), segundo o último balanço aprovado em Conselho de Administração, para reunirem em Assembleia Geral Anual que terá lugar, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, no dia 30 de junho de 2020, pelas dez horas, nas instalações da Sociedade, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas, individuais e consolidados, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;

Ponto Quatro: Deliberar nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais sobre (i) a dissolução da Sociedade, (ii) a redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da Sociedade, com respeito, se for o caso, do disposto no número 1 do artigo 96.º do Código das Sociedades Comerciais, ou (iii) a realização, pelos Senhores Acionistas da Sociedade, de entradas para reforço da cobertura do capital;

Ponto Cinco: Deliberar sobre a alteração da redação do número 1 do artigo 10.º dos estatutos da Sociedade, em cumprimento do disposto na cláusula 2.ª, n.º 3 do Primeiro Aditamento ao Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro relativo ao Grupo TAP, celebrado a 28 de fevereiro de 2020.

Ponto Seis: Deliberar sobre a alteração da redação do número 5 do artigo 16.º dos estatutos da Sociedade.

Ponto Sete: Apresentação da nota informativa sobre a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, aprovada pela Comissão de Vencimentos da Sociedade.

I. Informação preparatória da Assembleia Geral

Durante os 15 (quinze) dias anteriores à data da reunião da Assembleia Geral, encontrar-se-ão à disposição dos Senhores Acionistas, no sítio da Internet da Sociedade, os elementos e informações preparatórios da

Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais.

II. Inclusão de assuntos na ordem de trabalhos

Nos termos do disposto no artigo 378º do Código das Sociedades Comerciais, os Senhores Acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social da Sociedade podem requerer que na ordem de trabalhos sejam incluídos determinados assuntos.

O requerimento de inclusão de assuntos na ordem de trabalhos deverá ser dirigido, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 5 (cinco) dias seguintes à última publicação da convocatória.

III. Requisitos de Participação na Assembleia Geral

A cada 100 (cem) ações corresponde um voto. Na reunião da Assembleia Geral só poderão estar presentes, discutir e votar, os Senhores Acionistas com direito de voto, ou seja, que sejam titulares de, pelo menos, 100 (cem) ações, podendo ainda assistir à reunião da Assembleia Geral as demais pessoas cuja presença nessa reunião seja considerada como justificada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Os Senhores Acionistas possuidores de menos de 100 (cem) ações poderão agrupar-se de forma a completar aquele número, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

Os Senhores Acionistas apenas poderão participar na Assembleia Geral se forem titulares de ações desde, pelo menos, o 15º (décimo quinto) dia anterior à data da Assembleia Geral e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das ações é feita mediante envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao 5º (quinto) dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral, de declaração, emitida nos termos do artigo 78.º do Código dos Valores Mobiliários, da qual deve constar que as ações em causa se encontram registadas na respetiva conta desde, pelo menos, o 15º (décimo quinto) dia anterior à data da Assembleia Geral e que foi efetuado o bloqueio em conta dessas ações, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 72.º do Código dos Valores Mobiliários, até à data da Assembleia Geral.

Transmissão digital da reunião da Assembleia Geral

No contexto da atual crise de saúde pública ocasionada pela pandemia COVID-19, a Sociedade recomenda aos Senhores Acionistas que exerçam o seu voto antecipadamente por correspondência postal nos termos descritos em mais detalhe no ponto V abaixo. A fim de incentivar esta forma de votação, a Sociedade irá, excecionalmente, proporcionar aos Senhores Acionistas que votem por correspondência a possibilidade de assistir à transmissão digital em direto da reunião.

Para assistir à transmissão digital em direto da Assembleia Geral Anual, os Senhores Acionistas deverão indicar essa intenção ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, juntamente com o seu voto por

correspondência, e indicar um endereço de e-mail para onde deverá ser enviada a informação necessária para visualização da reunião da Assembleia Geral Anual. Subsequentemente a esta comunicação, e com a antecedência adequada, os Senhores Acionistas receberão no endereço de correio eletrónico por eles indicado a informação necessária para assistirem à transmissão digital em direto da reunião da Assembleia Geral Anual.

IV. Representação na Assembleia Geral

Os Senhores Acionistas poderão fazer-se representar na reunião da Assembleia Geral desde que o façam através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até às 17h (dezassete horas) do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral.

V. Voto por correspondência

Os Senhores Acionistas podem exercer o seu direito de voto antecipadamente, por correspondência postal, sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta entregue em mão ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou enviada por correio registado com aviso de receção, para a sede social da Sociedade, sita em Lisboa, no Edifício 25, Aeroporto de Lisboa, 1700-008, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral, aconselhando-se que para o efeito seja utilizado o modelo de boletim de voto que será disponibilizado no sítio da internet da Sociedade, em <https://www.tapairportugal.com/pt>.

O documento deverá conter assinatura semelhante à do cartão do cidadão ou documento de identificação equivalente, do qual deverá ser junta uma cópia legível. No caso de o acionista ser pessoa coletiva, a declaração de voto deverá ser assinada por quem a represente legalmente, devendo ser ainda junta cópia de certidão permanente ou procuração que comprovem os poderes do signatário.

Deverá, em qualquer caso, ser assinalado de forma clara o voto a favor, contra ou abstenção, relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos, sob pena de o voto em causa não ser considerado.

O cômputo dos votos por correspondência postal será efetuado na abertura da sessão da Assembleia Geral.

Caberá ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a autenticidade e regularidade dos votos exercidos por correspondência postal, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que esses votos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O voto exercido por correspondência postal mantém-se válido para a Assembleia Geral reunida em segunda convocação, sempre que não for prejudicado por alterações às propostas apresentadas e que dele são objeto.

Considera-se revogado o voto por correspondência emitido no caso de presença na Assembleia Geral do Senhor Acionista que o emitiu ou do seu representante, não obstante o direito de assistir à transmissão digital em direto da reunião conforme referido no ponto III acima.

VI. Segunda convocatória

Na eventualidade de a Assembleia Geral não poder reunir na data acima indicada, por falta de representação do capital exigido pela lei ou pelos estatutos da Sociedade, ficam desde já os Senhores Acionistas convocados para reunirem em Assembleia Geral, nas instalações da Sociedade pelas dez horas, do dia 16 de julho de 2020, com a mesma ordem de trabalhos.

Contactos do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Morada: Edifício 25, 8.º andar, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa

Telefone: 21 8415770

Lisboa, 29 de maio de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Diogo Patrício de Melo Perestrelo